

O PROBLEMA DA ALFABETIZAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO EF NO BRASIL

THE LITERACY PROBLEM IN THE INITIAL SERIES AT ELEMENTARY SCHOOL IN BRAZIL

Eladio Sebastián-Heredero¹**Resumo**

Os resultados dos primeiros anos do ensino fundamental nos últimos anos tem sido uma preocupação dos políticos, dos gestores escolares, dos professores e das famílias. Este trabalho aqui apresentado pretende fazer uma revisão do que se está fazendo nos últimos anos a fim de refletir sobre a própria prática para encontrar as soluções mais adequadas. Parece que os programas desenvolvidos, mesmo com um grande investimento em recursos e formação não foram suficientes pra reverter os resultados, como mostram as avaliações desenvolvidas, para isso analisamos também para que serve a avaliação. De outro lado as políticas desenvolvidas, sendo muitas e amplas, precisam ser estudadas em profundidade para conhecer os pontos fortes e os fracos e extrair as conclusões mais adequadas para conseguir o objetivo desejado.

Palavras-chave: Alfabetização. Programas de alfabetização. Dificuldades de aprendizagem.

Abstract

The results of the firsts years at the elementary school in recent years have been so worry of politicians, school responsables, teachers and families. This present work intends to make a review of what has been done in recent years about the practice itself to find the better solutions. It seems that the programs developped, even with great investment resources and teacher training they were not enough to reverse the results, as shown by the evaluations developped, for this we also analyze the funtion of evaluation. In the other hand, the politic developped, seing many and amples, it needs to be studied depth to know the strongs and weeks points and to extract the most adequate solutions to achieve the desired objective.

¹ O autor é doctor por la Universidad de Alcalá (España) y Postdoctorado en Educación por la Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho". E-mail: eladio.sebastian@gmail.com

Key-words: Literacy. Literacy program. Learning difficulties.

Introdução

O assunto da alfabetização tem recebido aportes de várias ciências que procuram desvendar tanto as dificuldades de aprendizagem quanto as possíveis alternativas de superação nos meandros da aprendizagem, além de suscitar muitas teorias e metodologias que garantam o sucesso na aquisição das habilidades específicas para domínio do sistema de escrita.

Trata-se de um problema em duas versões, pois atinge tanto crianças que ainda nem sequer foram inseridas na educação formal, quanto aquelas que mesmo devidamente atendidas pelos sistemas educacionais não conseguem dominar a comunicação pelo registro escrito.

Segundo o Informe sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas de 2014, 58 milhões de crianças não frequentam a escola no mundo todo, enquanto que no Brasil são 2,8 milhões segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)² de 2014. Ainda, segundo o mesmo relatório das Nações Unidas, 250 milhões de crianças não conseguem ler nem escrever mesmo que depois de quatro anos de escola primária ou fundamental.

O Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo –TERCE– que é um estudo de resultados da aprendizagem em grande escala que foi aplicado em 2013 e participaram 15 países, dentre eles o Brasil e mais Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana y Uruguai. Este estudo avalia o desempenho de estudantes de terceiro a sexto ano de escolas primárias nas áreas de Matemática, Leitura e Escrita

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa do IBGE por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, planejada para atender a diversos propósitos, entre eles Taxa de analfabetismo segundo os grupos de idade e o sexo.

(Língua), e Ciências Naturais só no sexto ano. Nele se indica que o Brasil no 3º ano tem 33,7% dos alunos no nível 1 e 21,6% no nível 2, o que não difere das cifras já analisadas no começo deste estudo, se observa que 32% dos alunos estão no nível 3 e 12,7% no nível 4. (UNESCO, 2015, p. 34).

No Brasil segundo os resultados de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)³, estudo de grande escala e universal realizado em 2014, fica evidenciado no final do 3º ano são 56,17%⁴ do total de crianças não sabem ler nos níveis esperados para essa idade e ano escolar.

Analisando os fatos mais recentes observamos que houve um grande movimento no Brasil, na última década do século 20, que ampliou para 97% a cobertura escolar para crianças com 7 anos de idade, mas que fracassou na questão qualitativa ao não lhes garantir o domínio da língua materna até os 8 anos de idade.

As dificuldades em alcançar as metas desejadas originaram a implementação de programas de alfabetização, como veremos, sejam nacionais, estaduais ou municipais, com o que pretendiam atingir as metas de alfabetização de todos os alunos. Finalmente houve um movimento decisivo com a aprovação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa -PNAIC-em 2013.

Da mesma forma o Brasil acompanhou as tendências mundiais no que diz respeito ao tema avaliação, e implantou um sistema nacional baseado em exames standardizados que visam identificar o nível de aprendizado dos alunos em todo o território nacional. Esse sistema, ampliado ao longo dos anos, chegou ao tema alfabetização com o uso de alguns instrumentos, sendo a Provinha Brasil o primeiro deles, voltado para alunos do 2º ano do EF, seguida pela Avaliação Brasileira ao fim do

³ A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) tem como objetivo aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática, por meio de testes cognitivos aplicados aos alunos de 3º ano do ensino fundamental.

⁴ Foram somadas as porcentagens nos alunos que estão no nível 1 e 2 segundo a prova ANA.

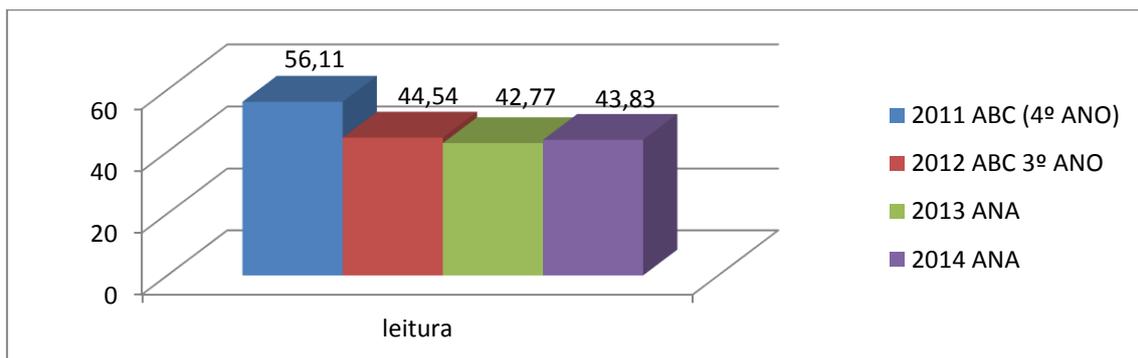
ciclo de Alfabetização⁵ (ABC) (BRASIL, 2013[1]) e atualmente a prova Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) para os alunos do 3º ano.

As avaliações aplicadas não se restringiram à língua, leitura e/ou escrita, dada à importância do raciocínio lógico matemático para a vida presente, e futura, dos alunos, e assim foram incorporadas avaliações referidas à matemática.

Avaliações Oficiais

Os resultados das provas ABC⁶ de 2012 indicam que grande parte dos alunos do 3º ano do EF do Brasil ficam aquém do esperado, com importante defasagem com referência ao esperado e desejado assim se observa que em leitura são 44,54% os que têm nível adequado, 30,09% em produção escrita e 33,33% em matemática. Dados que ainda são preocupantes, pois ao longo de 2013 e 2014 estes dados, como veremos, melhoram pouco e estão ainda no patamar de 42,77% e 43,85% respectivamente. Um de cada dois alunos do 3º ano não sabe ler de forma adequada e interpretar um texto escrito na escola pública brasileira.

Gráfico 1 - Taxas de crianças com nível adequado em leitura segundo as provas ABC e ANA



Fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br/downloads>>. Elaboração própria.

⁵ A prova Avaliação Brasileira ao fim do ciclo de Alfabetização (ABC) é uma prova amostral realizada por pessoas externas às escolas que tem como objetivo criar um indicador para identificar o nível de alfabetização dessas mesmas crianças ao fim do ciclo.

⁶ A ABC é uma prova de alfabetização realizada aos alunos de 3º ano até 2012 e 4º ano em 2011 que recolhe os dados pelo observatório do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

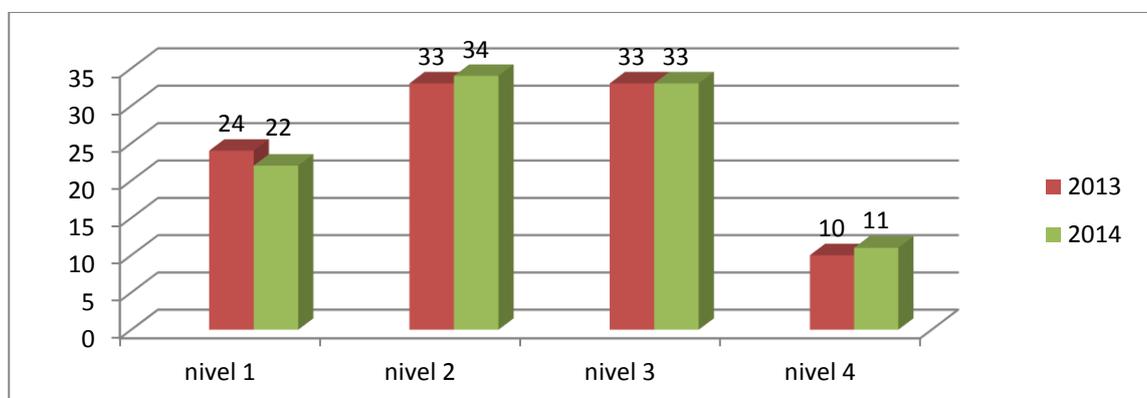
Estes dados indicam que em qualquer uma das situações mais da metade das crianças não têm os conhecimentos adequados para continuar seus estudos no ensino fundamental com garantias de acompanhamento do trabalho pedagógico no 4º ano do ensino fundamental mesmo depois de investimentos muito fortes em matéria de planos curriculares, recursos materiais e formação de professores.

Assim analisando a comparativa de resultados dos indicadores da ANA (BRASIL, 2015 [2]) podemos concluir que ainda tem muita coisa a ser feita. De fato os resultados parecem que convidam a fazer ajustes nas políticas de alfabetização, uma nova consciência de necessidade de cumprir com objetivos de alfabetização da população escolar a partir das lições aprendidas e de um trabalho mais global, interdisciplinar e colaborativo.

Competência em Leitura dos Alunos brasileiros do 3º ano do EF.

O gráfico seguinte nos dá uma ideia clara de como se encontram os alunos brasileiros do 3º ano segundo os resultados da prova ANA que os distribui em quatro grupos, sendo o nível 1 o mais baixo dos não alfabetizados.

Gráfico 2 - Comparativa de resultados da prova de Leitura da ANA 2013 e 2014



Fonte: Brasil (2015). Elaboração própria.

Uma porcentagem importante dos alunos, 44%, (níveis 3 com 33% e nível 4 com 11%) que estão nesse ano escolar são capazes de fazer uma leitura com sentido que articule as seguintes competências:

- Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto.
- Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo.
- Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais - piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha.
- Inferir sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto.
- Inferir o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.

Cinco de cada dez alunos ainda está numa fase muito elementar da leitura, que são o nível 1 (22%) e o nível 2 (34%) da prova.

Estar no nível 1 significa que os estudantes são capazes, apenas, de ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas, ou seja analfabetos. Continuando na análise vemos que 34% dos alunos, isso significa três de cada dez, que frequentam o 3º ano, segundo esta prova, que estão no nível 2, apenas são capazes de:

- Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de

curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto.

- Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem.
- Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.

O que os coloca em uma fase elementar de alfabetização que não lhes dá autonomia no uso da língua, isso nos leva a refletir sobre a forma como a alfabetização está acontecendo e que deixa sem completar o processo 56% deles. São alunos ainda não letrados utilizando a terminologia do MEC.

Para que Serve a Avaliação

Mas para o que servem todos esses dados, relatórios, e indicadores até aqui apresentados? A resposta pode ser encontrada no próprio documento oficial sobre a “Provinha Brasil”:

Um instrumento elaborado para oferecer aos professores e aos gestores das escolas públicas e das redes de ensino um diagnóstico do nível de alfabetização dos alunos, ainda no início do processo de aprendizagem, permitindo, desse modo, intervenções visando à correção de possíveis insuficiências apresentadas nas áreas de leitura e escrita. (BRASIL, 2009, p. 6).

Também a prova ABC, quando criada pelo movimento Todos Pela Educação, foi definida como um instrumento que pretendia criar um indicador para identificar o nível de alfabetização dessas mesmas crianças no fim do ciclo da alfabetização. Portanto, seja qual for o instrumento em questão, o objetivo é avaliar para mudar, num sentido bem estrito do termo avaliação. Mas os resultados mais recentes da ANA não são alentadores no sentido de que há intervenções que alterarão o

quadro já detectado, embora todos os dados apresentados parecessem ser suficientes para justificar a necessidade de fazer alguma coisa que ajude a melhorar os indicadores da alfabetização.

O próprio governo levantou ao longo deste percurso algumas propostas como a Progressão Escolar nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, tal como foi adotada nos estados de Minas, Paraná ou São Paulo, conhecido como Ciclo de Alfabetização. Mais recentemente outro projeto muito mais ambicioso foi proposto pelo Ministério da Educação, o chamado Projeto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o objetivo de conseguir a alfabetização de todos os alunos até o 3º ano do ensino fundamental, ou até os 8 anos de idade.

Independentemente do governo central, algumas Secretarias de Educação, estaduais e municipais, preocupadas com essa grave situação, têm desenvolvido e implantado alguns programas próprios, com maior ou menor êxito em seus resultados. Mas o país continua sem uma resposta positiva que denote superação do desafio de garantir que realmente todas as crianças consigam desenvolver as habilidades necessárias para que seu percurso escolar seja marcado pelo sucesso, só possível com uma alfabetização efetiva.

Uma Nova Cultura para a Alfabetização

A falta de bons resultados, conforme dito, leva à procura por outro tipo de proposta embasada na perspectiva de que a alfabetização deve acontecer na escola a partir de eventos sociais, cujas práticas de leitura e escrita sejam postas em ação no coletivo dos alunos, em contextos ricos e diversos e em escolas cujos espaços e tempos sejam marcados pela corresponsabilidade, compartilhamento de conhecimentos e práticas entre profissionais bem formados e conscientes da importância fundamental de uma boa alfabetização.

A alfabetização “[...] é vista como um importante anunciador dos níveis de desenvolvimento, de diminuição das desigualdades e de

pobreza” (GONTIJO, 2014, p. 11) é por isso que pensamos que é dever de toda a sociedade lutar pela melhora da alfabetização de uma forma integral e coordenada e parece que o Brasil está nessa luta como claramente se indica na Meta 5 do Plano Nacional de Educação para 2013-2022: “[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. (BRASIL PNE, 2013, meta 5).

A LDBEN de 1996 (Lei nº 9394/1996) que ampliou o ensino fundamental para oito anos, já focou seus objetivos na melhora da qualidade do ensino e propôs mudanças para melhorar os resultados dos alunos, entre elas a alfabetização.

Este processo, marcado pela LDBEN, levou implícita uma série de mudanças, algumas delas muito marcantes em termos de políticas educacionais, a primeira delas, acelerada pela criação do FUNDEF, foi o grande aumento das matrículas no ensino fundamental em redes municipais de educação. Isso atrelou um problema de coordenação de políticas de alfabetização entre as diferentes redes, municipal e estadual, e as ações a serem desenvolvidas para a alfabetização.

A criação dos ciclos foi marcante, também, por outros motivos e/ou consequências, porém nem sempre bem explicados e/ou aplicados que originou um desencanto docente, pois a filosofia de maior tempo para desenvolver as aprendizagens não chegou a ser compreendida.

A progressão automática, derivada da anterior, foi outra decisão mal aplicada, pois atrelada na mesma filosofia de reorganização temporal e outras possibilidades de fazer com que os alunos tivessem mais tempo para apreender, ela foi confundida com tudo serve e mesmo que o aluno não aprenda ele deve progredir, sem chegar a aplicar medidas de correção imediata e adequações de continuidade a partir dos aprendizados conseguidos.

Além da implantação dos Ciclos Básicos e da Progressão Escolar, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), nos anos de 1990, confirma a incorporação de novos objetivos para a alfabetização no âmbito das políticas

educacionais. Ao reconhecer que o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de participação social (por meio dela o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento), cabe à escola permitir que os alunos sejam capazes de interpretar diferentes tipos de texto, de assumir a palavra e de produzir textos eficazes em diferentes situações. De acordo com o documento, as propostas didáticas que enfatizam o papel da ação e da reflexão do aluno na alfabetização, descrevendo os caminhos percorridos por ele durante esse processo, apontam que a aprendizagem da leitura e escrita vai além da aquisição de uma técnica de decifração; que [...] para aprender ler e escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem'. (BRASIL, 1997, p.82).

Houve em 2006 uma ampliação do ensino fundamental obrigatório para 9 anos, com início a partir dos 6 anos de idade (Lei nº 11.274/2006) o que significa que um ano da antiga educação infantil passou a ser obrigatório deixando um ciclo mais amplo de três anos para conseguir a meta de alfabetização dos alunos.

No Plano de Metas, decorrente da lei anterior, denominado “Compromisso Todos pela Educação” (Decreto nº 6.094/2007), ficou determinada no art. 2º, a responsabilidade dos entes federativos com a alfabetização das “crianças até, no máximo, os 8 (oito) anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 Anos (Resolução CNE nº 7/2010), encontra-se estabelecido que os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar a alfabetização e o letramento e o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, da Literatura, da Música e demais Artes e da Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia.

Já recentemente com a Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012 do Ministério da Educação (MEC) se criou o Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) com diversas ações e responsáveis todas elas com

um único objetivo conseguir a alfabetização de todos os alunos até o 3º ano do EF.

Porém, e independente deste processo, todos estamos de acordo em que só as leis não mudam nada. As propostas verticais, por força da lei, deixam de ser efetivas quando não se tem a oportunidade de serem integradas nos processos e carecem de tempo para serem aplicadas e avaliadas dentro de um contínuo de mudanças na aplicação, nos recursos e na formação:

Se tais iniciativas não vierem acompanhadas de aportes que promovam espaços para o debate sobre novos fundamentos do trabalho escolar e a viabilização de condições para a sua produção poderão resultar no aumento da exclusão escolar e social, mesmo que não visível sob os números da reprovação. (BARRETO; SOUZA, 2004, p.17).

Que Entendemos por Aluno Alfabetizado

Para focar o tema deste trabalho consideramos a alfabetização num sentido amplo, o que alguns autores chamam alfabetizar letrando que faz referência às habilidades cognitivas e linguísticas necessárias para a apropriação dos códigos escritos e a capacidade de reconhecer as mensagens neles descritos.

A alfabetização [...] implica esforços no sentido duma correta compreensão da palavra escrita, a linguagem, e suas relações com o contexto de quem fala e de quem lê e escreve; compreensão por tanto da relação entre 'leitura' do mundo e leitura da palavra. (FREIRE, 1983, p. 33).

O sentido que se pretende transmitir é alfabetizar desde a perspectiva global de ajudar a decifrar a realidade; isso vai muito além de ensinar a ler e escrever. Este conceito implica aprender a pensar, dotar de ferramentas para entender a realidade e transforma-la, o alfabetizar torna-se provocar um câmbio de atitudes de modo que a pessoa sinta crescer e melhorar, surpreender-se e ter curiosidade.

Para o MEC estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir

textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz.

O PNAIC faz distinção entre alfabetização “ação de tornar ao sujeito capaz de ler e escrever, ou ainda, capaz de decifrar o código escrito” e letramento “apropriação e uso da linguagem escrita, funcionalidade social”.

Durante muito tempo, a literatura especializada tem reconhecido a existência de vários níveis de alfabetização assim como a competência e uso diferenciado do nível da leitura e da escrita entre as pessoas. Isto entra em choque com a dicotomia: *analfabetos/ alfabetizados, iletrados / letrados, analfabetismo absoluto (ou puro) / analfabetismo funcional, e alfabetização / alfabetização funcional*.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)⁷ classifica em quatro os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta:

- **Analfabeto** - Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.);
- **Rudimentar** - Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica;
- **Básico** - As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem

⁷ Tomado do Instituto Paulo Montenegro. <<http://www.ipm.org.br>>

números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações; e

- **Pleno** - Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Como desde faz tempo afirmou Levine (1982), e ainda continua sendo verdade, o termo *funcional*, aplicado para qualificar tanto o analfabetismo como a alfabetização, tem sido sempre ambíguo e tem contribuído à confusão mais do que à clarificação dentro do campo, algumas vezes mais utilizado para justificar que realmente para quantificar os realmente alfabetizados dos que não o estão.

Deveríamos ser, neste sentido, bem realistas e ajustar a determinação de nível de alfabetização às habilidades que cada sujeito consegue em relação com os conteúdos da própria alfabetização não com o objetivo de classificar e sim para tomar as decisões necessárias para que os alunos passem de um a outro nível. Para isso existem já provas de avaliação e listas de indicadores, como já vimos que nos apontarão uma ideia exata do estágio atingido por cada aluno e assim falar de sujeitos que conseguem ou estão a determinado nível: pré-silábico, silábico, silábico – alfabético ou alfabético, e conhecer o nível de alfabetização. Outra coisa diferente o nível de letramento atingido por essa mesma criança. E que nos levaria a usar métodos de avaliação que

levassem em consideração a compreensão e o uso, segundo a conceptualização feita no início deste texto.

Desta maneira o conceito de alfabetização significa, para nos alfabetizar letrando é entendido como o fato de que ler ultrapassa o mero decifrar porque exige do leitor a compreensão do que lê, tendo claras as finalidades e os diferentes modos de ler na sociedade, para que possam acontecer situações de leitura no cotidiano, que façam sentido, sendo por tanto similar ao conceito de letramento que alguns autores propõem, por tanto é nosso objetivo que os alunos do 3º ano consigam esse nível e não outro.

Vamos incorporar, ainda, os conceitos de alfabetização em língua portuguesa e em matemáticas segundo as orientações da Secretaria da Educação Básica do MEC:

- Conceito de Alfabetização em língua portuguesa:

Em um sentido estrito, alfabetização seria o processo de apropriação do sistema de escrita alfabético. Para que o indivíduo se torne autônomo nas atividades de leitura e escrita, ele precisa compreender os princípios que constituem o sistema alfabético, realizar reflexões acerca das relações sonoras e gráficos das palavras, reconhecer e automatizar as correspondências som/grafia. É certo, portanto, que, na alfabetização, a criança precisa dominar o sistema alfabético, o que demanda que o professor trabalhe explicitamente com as relações existentes entre grafemas e fonemas. No entanto, esse aprendizado não é suficiente. O aprendiz precisa avançar rumo a uma alfabetização em sentido lato, a qual supõe não somente a aprendizagem do sistema de escrita, mas também os conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica o trabalho com todas as áreas curriculares e em todo o processo do Ciclo de Alfabetização. Dessa forma, a alfabetização em sentido lato se relaciona ao processo de letramento envolvendo as vivências culturais mais amplas. (BRASIL, 2012, p. 27).

Políticas de Alfabetização das Secretarias de Educação

Finalmente se começa a compreender no Brasil o papel econômico da educação no desenvolvimento do país e, com isso, ela começou a ser levada mais a sério. É neste sentido de melhorar o desenvolvimento que

teríamos dois níveis de ação: o das secretarias de educação e o das escolas.

Segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios em regime de colaboração e os estados devem atuar prioritariamente na oferta do ensino médio; mas podem, também, oferecer educação do 1º ao 9ª ano. Em muitos municípios da Federação, o chamado regime de colaboração não funciona plenamente e há uma disputa pelas matrículas. O financiamento funciona com repasses do governo federal, concretizado pelo FUNDEB (Fundo nacional de desenvolvimento da educação básica) e que varia de acordo com o número de alunos de cada rede o que às vezes dificulta as ações das políticas.

As Secretarias de Educação em articulação com os sistemas de ensino estaduais ou federais vem implementando políticas educacionais nas áreas de alfabetização. Todos os municípios do Brasil estão de olho no IDEP, pois os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica divulgados a cada ano são considerados pela mídia e as famílias, pois falam da melhoria da qualidade do ensino, sendo que um dos indicadores é a alfabetização das crianças.

As políticas das Secretarias de Educação municipais não são nem uniformes, nem únicas, além do problema de coordenar políticas da união, estaduais e municipais. Estas políticas estão atreladas a legislações de obrigado cumprimento nem sempre ligadas a discussões profundas nem com uma clara assunção de compromissos por parte das escolas e professores.

Estudos que analisam a implementação de políticas educacionais no Brasil, desde as últimas décadas do século XX, (BARRETO; MITRULIS, 1999; BARRETO; SOUZA, 2004; SAMPAIO; MARIN, 2004; MARIN, GIOVANNI; GUARNIERI, 2006) indicam que nem sempre essas medidas alcançam, na prática, resultados significativos na melhoria da qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo em que afetam

profundamente o cotidiano do professor, alterando a organização do seu trabalho.

Uma das políticas da União para a melhoria da alfabetização tem sido, como já foi indicado o Pacto Nacional PNAIC. Dados atuais indicam que se aderiram ao mesmo um total de quase 50000 escolas de 5421⁸ municípios, o que significa mais do que 90% do total, sendo que segundo o IBEP os municípios com menos 20000 habitantes supõem o 73% do total, sendo estes também os que maiores dificuldades enfrentam para dar um atendimento educacional por conta da limitação e recursos próprios.

As políticas em matéria de alfabetização das secretarias de educação, neste momento, estão ligadas de um lado a Pacto PNAIC, mas também existem políticas estaduais com esta mesma finalidade, no caso do Estado de São Paulo tem o Programa Ler e Escrever o Programa Alfabetização na Idade certa foi desenvolvido no Estado do Ceará, por exemplo; da mesma forma que alguns municípios preocupados com os resultados, também, desenvolveram seus próprios programas. Mesmo assim os avanços como demonstram a prova ANA, nem sempre são tão bons quanto o desejado e/ou esforços realizados.

Ainda mais, se constata como algumas prefeituras, e mesmo estados, têm considerado a necessidade de recorrer a programas de reorganização do fluxo escolar ou de alfabetização para poder incrementar as taxas de alfabetização, como medida de choque, ante os baixos resultados obtidos no IDEB.

O fato das prefeituras ter ou assumir um programa próprio de alfabetização é de máxima importância; pois é um claro indicador da relevância dada ao tema e dos esforços desenvolvidos para atingir as metas desejadas neste sentido. Estas políticas frequentemente vêm acompanhadas de medidas complementares como são a formação de

⁸ Dado de 2015 tomado de <<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/266/pnaic-o-desafio-da-alfabetizacao-na-idade-certa.html>>

professores; a dotação de recursos materiais; o acompanhamento de ações; as avaliações periódicas; livros de leitura ou bibliotecas; etc.

As políticas de alfabetização impõem às escolas muitas mudanças, que nem sempre acontecem e se pensa que deixando as coisas como estão a alfabetização vai acontecer.

Lamentavelmente ainda persiste, nas escolas, a contínua inserção de direcionamentos à prática alfabetizadora. Estes direcionamentos, de origem predominantemente institucional, têm assegurado que o foco se mantenha na racionalidade técnica e no apagamento dos saberes da prática. Procedimentos desgastados têm sido novamente introduzidos na escola e em cursos de formação; a avaliação tem sido utilizada como mecanismo produtor de rankings e até mesmo a própria noção de alfabetização foi dicotomizada. (LACERDA, 2015, p. 194).

O objetivo maior do PNAIC é alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade. Para isso o Pacto organiza uma série de estratégias para enfrentar a precária situação em que se encontra a alfabetização de crianças, que apoiam-se em cinco eixos de atuação:

- Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus formadores;
- materiais didáticos;
- avaliações sistemáticas;
- gestão;
- mobilização e controle social.

Considerações Finais

Segundo o visto até aqui, os resultados das diversas ações realizadas nestes últimos anos não tem dado os resultados previstos sendo que a maioria dos alunos do 3º ano não se encontra ainda em condições de enfrentar com garantias de sucesso o ciclo intermediário da educação fundamental.

Sendo que a alfabetização constitui uma das competências básicas temos visto como as políticas educacionais tem-se mobilizado em prol de

uns resultados melhores neste âmbito. Parece que nesta última etapa para diminuir as porcentagens tão alarmantes optou-se por mascarar o problema fazendo com uma nova conceitualização denominada letramento, sendo que os alunos alfabetizados podem não estar letrados, porém o problema permanece.

Os diversos programas organizados para dar resposta a esta situação sempre tiveram um esquema bem coerente e formal, porém os resultados não aparecem mesmo com grandes investimentos na formação dos professores e em recursos. Isso nos leva a pesar que só estes dois aspectos não sejam suficientes para garantir uma mudança na realidade.

Desde 2012 um conjunto de ações, ligada aos Planos de Metas da Educação e ao PNIAC foram desenvolvidas pelo MEC, desde uma perspectiva de abordagem da situação multifocal. Neste sentido nos perguntamos se ainda é cedo para avaliar os resultados de impacto ou faltou alguma coisa por incluir nelas. Ainda mesmo confiantes acreditamos que nas escolas tem muitas coisas que podem ser regatadas das suas práticas olhando para dentro das instituições como geradoras de ações de alfabetização bem-sucedidas.

As evidências parecem confirmar que só as políticas verticais não servem, que seria necessário investir também na autonomia das escolas e em acreditar nos professores e suas práticas de sucesso. As competências docentes não cognitivas, nesta fase da educação, são tão importantes quanto as cognitivas, motivação e clima de aula formam parte do elenco, da mesma forma que escolas que aprendam das suas próprias experiências e uma gestão eficiente das mesmas.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 27- 48, nov. 1999.

BARRETO, E. S. de S.; SOUZA, S. Z. Ciclos: estudos sobre as políticas implementadas no Brasil. In: *Reunião Anual da ANPED, 27*, Caxambu, 2004. Diversos da 27ª Reunião Anual Caxambu: ANPED, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Lei n. 10.172/2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, 2007. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil_PDE_Por.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. *Lei nº 11.274/2006*: Ampliação do ensino fundamental obrigatório para 9 anos, com início a partir dos 6 anos de idade, Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96008/lei-11274-06>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 6.094/2007*: Plano de Metas, decorrente da lei anterior, denominado “Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. *Provinha Brasil*, 2009. Disponível em: <http://inep.gov.br/provinha-brasil>. Acesso 1 mar 2017.

_____. Resolução CNE nº 7/2010: *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 Anos*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 12 mar 2017.

_____. Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012 do Ministério da Educação (MEC) se crio o *Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC). 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/2016/Portarias/PORTARIA_N_867_DE_4_DE_JULHO_DE_2012.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*: Formação do

Professor Alfabetizador. Caderno de Apresentação. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/noticias/90-formacao-dos-professores-alfabetizadores>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. *Prova ABC*. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35021>> Acesso em: 10 mar 2017.

_____. *Plano Nacional de Educação*, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034524/lei-12796-13>>. Acesso 1 mar 2017.

_____. *Observatório PNE: Metas PNE 2015*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/estrategias/2-3-acompanhamento-individualizado/analises/os-desafios-em-realizar-o-acompanhamento-individualizado-dos-alunos>>. Acesso 23 mar. 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e mudança, V.1).

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. *Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. A alfabetização e o inventário de uma herança. *Educar*, Curitiba, n. 55, p. 189-204, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00189.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

LEVINE, Kenneth. Functional Literacy: fond illusiots attd false ecottomies. *En: Harvard Educational Rcview*, v. 52, n. 3, 1982.

MARIN, A. J.; GIOVANNI, L. M.; GUARNIERI, M. R. Formação e ação docentes: tempos sombrios os que se delineiam para o futuro. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. (Org.) *Conhecimento local e conhecimento universal: práticas sociais: aulas, saberes e políticas*. Curitiba, PR: Champagnat, 2006, p. 171-182. V.4.

MEC. *Observatório de PNE*. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/downloads>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

SAMPAIO, M. M.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, p. 1203-1226, set./dez., 2004.

UNESCO. *Informe TERCE*. OREALC/UNESCO Santiago. 2015.
Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/santiago/terce/>>.
Acesso em: 1 mar. 2017.

Recebido: 15 de maio de 2017

Aceito: 29 de agosto de 2017

Publicado: 19 de setembro de 2017